

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 6.975.322 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 48.529.816 mil e Ativos Totais de R\$ 50.715.837 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme

previsto em seu estatuto social. Em 2021 a Companhia deliberou aos acionistas o montante de R\$ 1.801.675 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 29 de março de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
ATIVO	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	2.185.596	1.412.350	CIRCULANTE	32.251
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	830.378	302.903	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19h)	2.848
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8)	-	319.696	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18a)	17.220
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	1.322.411	-	Outras Obrigações	12.183
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 18a)	32.414	789.358	Passivos Financeiros (Nota 13)	-
Outros Créditos	393	393	NÃO CIRCULANTE	2.153.770
NÃO CIRCULANTE	48.530.241	46.978.906	Provisão para Impostos e Contribuições (Nota 19e)	329.201
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	1.812.229	1.748.425	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b)	1.824.569
Valores a Receber (Nota 10)	865.009	828.096	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.529.816
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19g)	1.497.548	1.424.951	Capital Social	23.000.000
Depósitos Judiciais (Nota 12b)	1.779.771	1.476.833	Reservas de Lucros (Nota 14d)	24.994.448
Créditos Tributários (Nota 19c)	609.833	552.592	Outros Resultados Abrangentes	535.368
Investimentos (Nota 11)	41.965.851	40.948.009	TOTAL	50.715.837
TOTAL	50.715.837	48.391.256		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	6.798.928	3.950.169
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11)	7.029.348	4.121.270
Despesas Tributárias (Nota 15)	(184.250)	(129.131)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16)	(46.170)	(41.970)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6.798.928	3.950.169
RESULTADO FINANCEIRO	176.373	118.057
Receitas Financeiras (Nota 17)	247.538	205.377
Despesas Financeiras (Nota 17)	(71.165)	(87.320)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.975.301	4.068.226
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	21	14.723
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.975.322	4.082.949
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)	0,89	0,52
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b)	0,89	0,52

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.975.301	4.068.226
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.029.348)	(4.121.270)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	36.270	12.424
Lucro Líquido Ajustado	(17.777)	(40.620)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	247.011	43.974
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações	(146.389)	(58.587)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(206.704)	(54.467)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(36.057)	(197.502)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	3.217.800	551.533
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	3.217.800	551.533
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(2.664.264)	(177.919)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(2.664.264)	(177.919)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	517.479	176.112
Início do Exercício	302.903	113.137
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	9.996	13.654
Fim do Exercício	830.378	302.903
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	517.479	176.112

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionada)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de março de 2022.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2021. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendem ao critério do teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedger*), cujo os objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 11.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2021 e de 2020, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, esta apresentada na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Reservas de Lucros					
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.000.000	1.746.788	16.254.115	85.526	2.504.450	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.082.949
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	212.859	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	4.295.808
Destinações: - Reservas	-	204.147	2.530.225	-	-	(2.734.372)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.348.577)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.000.000	1.950.935	18.784.340	85.526	2.717.309	-
Aumento de Capital	1.000.000	-	(1.000.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	6.975.322
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(2.181.941)	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	4.793.381
Destinações: - Reservas	-	348.766	4.824.881	-	-	(5.173.647)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.801.675)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.000.000	2.299.701	22.609.221	85.526	535.368	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

Lucro Líquido	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Lucro Líquido	6.975.322	4.082.949
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(2.181.941)	212.859
- Próprios	410.374	(4.669)
- De Coligadas e Controladas	(2.592.315)	217.528
Total do Resultado Abrangente	4.793.381	4.295.808

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 19.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "preços de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a (i) 16.962.687 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida Bradespar, cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.322.411, sendo o custo atualizado de R\$ 682.896, e o ajuste a valor de mercado de R\$ 639.515 (Nota 11); e (ii) aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 1.812.229 (2020 - R\$ 1.748.425), sendo o valor de custo atualizado R\$ 1.841.156 (2020 - R\$ 1.759.615), e uma marcação a mercado de R\$ (28.927) (2020 - R\$ (11.190)), com vencimento em fevereiro de 2023 e janeiro de 2025.

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (4)	
	Capital social			ON	PN		2021	2020	2021	2020
Bradesco (2)	83.100.000	150.443.539	23.172.322	2.209.376	1.175	22,74	34.217.547	33.132.487	5.194.540	3.534.791
NCF Participações S.A. ("NCF")	8.914.795	16.292.954	2.069.652	1.259.587	-	39,51	6.437.233	6.023.413	808.607	393.943
Bradespar (1) (3) (6)	500.125	7.502.810	8.079.261	50.695	340	12,98	974.077	1.461.192	1.017.124	185.179
Titanium Holdings S.A. ("Titanium")	336.100	594.106	18.155	49.488	-	50,00	297.053	290.976	9.077	7.357
Agio - Titanium (5)	-	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-
Agio - Bradesco (5)	-	-	-	-	-	-	4.416	4.416	-	-
Total							41.965.851	40.948.009	7.029.348	4.121.270

(1) Em 17 de dezembro de 2021, a Bradespar realizou redução de capital social no montante de R\$ 5.260.000, sem cancelamento de ações, mediante a entrega de ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale) a seus acionistas, pelo respectivo valor contábil. Nesta operação a Companhia recebeu um total de 16.962.687 ações da Vale, que foram registradas em seu Ativo Circulante como VJORA, vide Nota 9;

(2) Dados relativos às demonstrações contábeis em IFRS de 31 de dezembro de 2021;

(3) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(4) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(5) O Agio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(6) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras.

O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 1.779.771 (2020 - R\$ 1.476.833). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
No início do exercício	1.588.629	1.434.372
Atualização monetária	52.392	34.037
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	183.548	120.220
No final do exercício	1.824.569	1.588.629

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2021, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R\$ 30.743 (2020 - R\$ 55.546), do qual R\$ 24.592 (2020 - R\$ 47.820) refere-se a cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensações de débitos com créditos de IRPJ e CSLL gerados em exercícios anteriores.

13) PASSIVOS FINANCEIROS

Em 2020, os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de *swaps* no montante de R\$ 62.326 com vencimento em abril de 2021.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Ordinárias	7.841.959.524	7.841.959.524
Total	7.841.959.524	7.841.959.524

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	6.975.322	4.082.949
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	7.841.960	7.841.960
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,89	0,52

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	Ativos									
Caixa/Disponibilidades	-	-	830.378	7.329	-	-	156.903	830.378	164.232	164.232
Aplicações financeiras	-	-	1.812.229	2.058.689	-	-	9.432	1.812.229	2.068.121	2.068.121
Valores a receber de ligadas	865.009	828.096	-	-	-	-	-	865.009	828.096	828.096
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	32.414	789.358	-	-	-	32.414	789.358	789.358
Passivos										
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	62.326	-	-	-	-	-	62.326
Juros sobre capital próprio a pagar	14.525	889.276	-	-	2.695	165.011	-	17.220	1.054.287	1.054.287
Total										
	36.913	22.302	(18.312)	(41.605)	-	-	15.367	36.636	33.968	17.333
Receitas/(Despesas) de juros/outras	(1.502.052)	(1.124.191)	1.836.268	1.332.766	(299.623)	(224.387)	-	-	34.593	(15.812)
Receitas/(Despesas) de aplicação	-	-	101.518	58.637	-	-	67	1.184	101.585	59.821

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação");

(2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium; e

(3) Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch ("Bradesco Cayman").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2021, foi determinado o valor máximo de R\$ 31.800 para remuneração dos Administradores e de R\$ 28.000 para custear planos de previdência privada complementar.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Remuneração e Contribuição previdenciária para o INSS	25.143	16.570
Total	25.143	16.570

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Planos de previdência complementar de contribuição definida	20.637	24.760
Total	20.637	24.760

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.975.301	4.068.226
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3h)	(2.371.602)	(1.383.197)

Efeito no cálculo dos tributos:

Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	2.389.978	1.401.232
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(6.605)	(7.933)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(624.331)	(453.141)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	612.569	458.516
Outros valores	12	(754)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	21	14.723

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(76.978)	(31.981)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	76.999	46.704
Total dos impostos diferidos	76.999	46.704
Imposto de renda e contribuição social do exercício	21	14.723

10) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Não Circulante		
Contratos de mútuo (1)	865.009	828.096
Total	865.009	828.096

(1) Contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2024.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	6.975.322	
Reserva legal	(348.766)	
Base de cálculo ajustada	6.626.556	
Juros sobre o capital próprio (bruto)	1.801.675	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2)	(174.477)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2021	1.627.198	24,6
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020	1.217.971	31,4

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Contribuição à Cofins	151.335	106.318
Contribuição ao PIS	32.212	22.808
Outras	703	5
Total	184.250	129.131

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Despesas de pessoal	45.780	41.330
Serviços de terceiros	193	118
Editais e publicações	144	143
Outras	53	379
Total	46.170	41.970

17) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Receitas financeiras		
Variação monetária ativa	89.098	56.109
Rendimento de aplicações em letras financeiras	86.757	54.698
Juros ativos	40.518	30.861
Variação cambial	15.367	36.636
Rendimento sobre aplicações financeiras	15.282	17.372
Outros	516	9.701
Total	247.538	205.377

Despesas financeiras

Juros passivos	(52.451)	(34.131)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(18.312)	(41.605)
Outros	(402)	(11.584)
Total	(71.165)	(87.320)
Resultado Financeiro	176.373	118.057

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020		Constituição		Realização		2021	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Provisões fiscais	525.475	80.219	-	-	(18)	-	605.676	605.676
Outros	23.312	4.141	(23.296)	-	(23.296)	-	4.157	4.157
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	548.787							

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022.

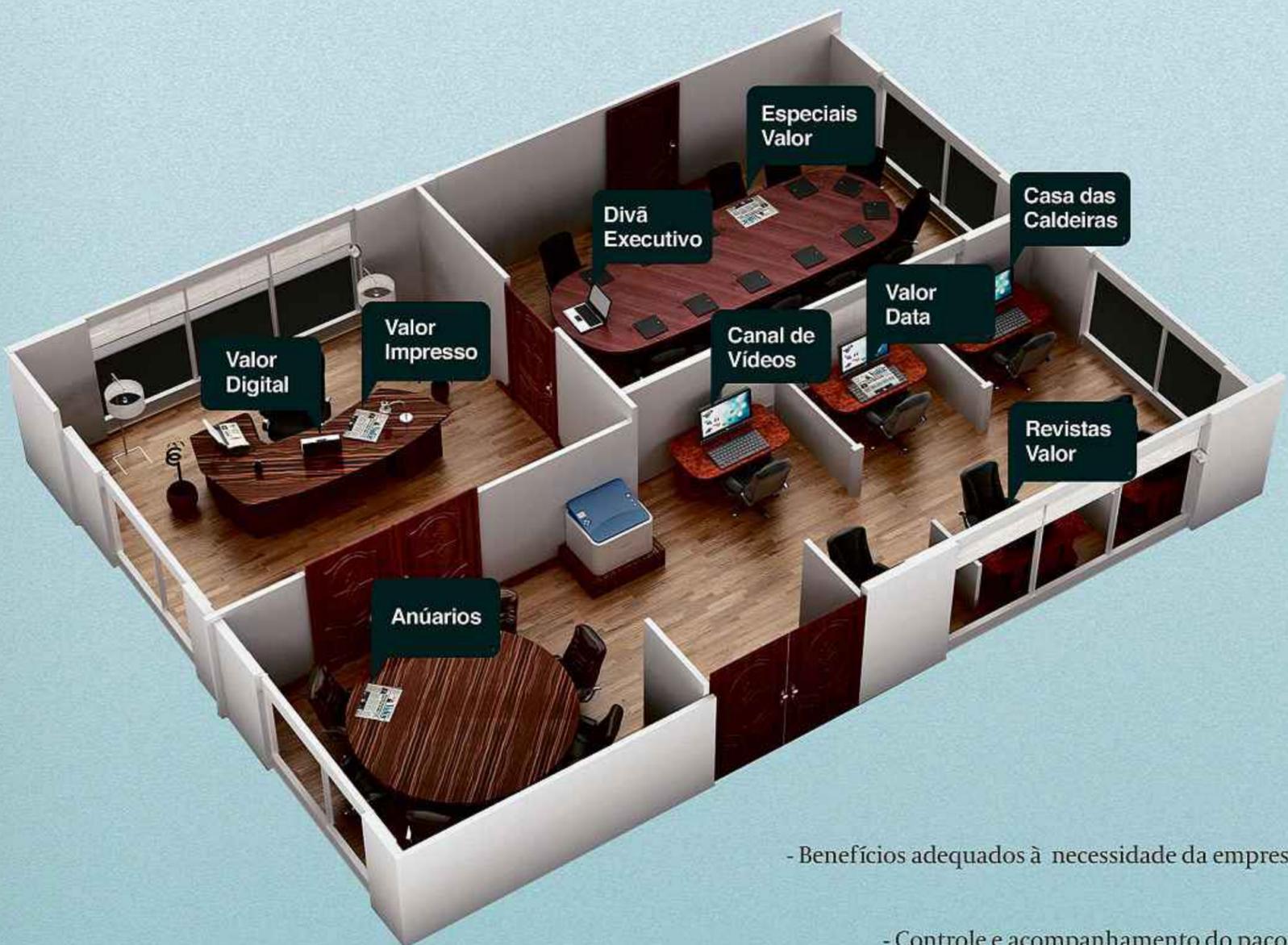
KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028567/F

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4

Vantagens de ser um Assinante Corporativo

Sua empresa pode manter a equipe preparada para tomar as melhores decisões e alavancar negócios. Diariamente, o Valor Econômico traz notícias de bastidores, conteúdo relevante e análises produzidas pela melhor equipe de jornalistas e colunistas do Brasil.



- Benefícios adequados à necessidade da empresa;

- Controle e acompanhamento do pacote

de assinaturas feitos por equipe especializada;

- Pagamento por meio de fatura única ou cartão corporativo;

- Descontos progressivos.

Pacotes de assinaturas para Empresas.

11 3767-7059

de 2^a a 6^a feira, das 9h às 18h

corporate@valor.com.br

assinaturas.valor.com.br/assinatura-corporativa

ECONÔMICO
Valor
Notícias que geram negócios